

Autopay Soluções de Mobilidade Free Flow e Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 63.670.792/0001-21 – NIRE 35.300.680.316

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 19 de dezembro de 2025, às 10h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-A, sala 3, Centro, CEP 01009-907 (“Companhia”).

2. Presença: Acionistas representando a integralidade das ações da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia.

3. Convocação: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento das acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

4. Presidente/Secretário: Sra. **Carla do Couto Helly Battilana**, como Presidente, e Sr. **Marcelo Carlos dos Santos**, como Secretário.

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social da Companhia; (ii) a alteração do objeto social da Companhia; (iii) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização à administração da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, bem como assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e dar cumprimento às deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral Extraordinária.

6. Resoluções: Uma vez instalada a Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram por unanimidade o seguinte:

6.1. Aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

6.2. Aprovar a alteração da denominação social da Companhia de “Autopay Soluções de Mobilidade Free Flow e Pagamentos S.A.” para “Autopay Brazil S.A.”.

6.3. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia de “(i) explorar, implementar e gerir sistemas eletrônicos de cobrança de portagens e infraestruturas relacionadas; (ii) desenvolver plataformas para gestão de dados e processamento de pagamentos de sistemas de cobrança; (iii) prestar serviços relacionados com a cobrança e fiscalização de portagens; (iv) criar e oferecer soluções de pagamento automático para gestão de frotas e veículos, incluindo, entre outros, pedágios, estacionamento, lavagens de carros e pagamentos de combustível, bem como a gestão de benefícios e pagamentos corporativos, tais como vouchers de combustível e vouchers de pedágio; e (v) prestar assistência técnica, manutenção e outros serviços relacionados com a tecnologia da informação dos sistemas de cobrança” para “deter participações societárias em instituições financeiras”;

6.4. A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações acima (**Anexo J**); e

6.5. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, bem como celebrar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e dar cumprimento às deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral Extraordinária.

7. Encerramento: Não havendo mais nada a tratar, esta ata foi lavrada nos livros da Companhia, a qual, depois de lida e achada em ordem, foi assinada por todos os presentes. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.* São Paulo/SP, 19 de dezembro de 2025. **Mesa: Marcelo Carlos dos Santos** – Secretário. **Anexo I – Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025. Estatuto Social da Autopay Brazil S.A. Capítulo I – Denominação, Lei Aplicável, Sede, Objeto Social e Prazo. Artigo 1. A sociedade anônima de capital fechado exercerá suas atividades sob a denominação Autopay Brazil S.A. (“Companhia”). Artigo 2. A Companhia será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições aplicáveis às sociedades anônimas da Lei 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e suas alterações posteriores. Artigo 3. A Companhia tem sua sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-A, sala 3, Centro, CEP 01009-907. A Companhia poderá abrir filiais e outras divisões em qualquer parte do território brasileiro, bem como poderá participar como acionista ou quotista em quaisquer outras sociedades, sempre mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. Para todos os efeitos legais, uma parte do capital social será alocada a cada filial ou divisão. Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir filiais e outras divisões em qualquer parte do território brasileiro, bem como poderá participar como acionista ou quotista em quaisquer outras sociedades, sempre mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. Para todos os efeitos legais, uma parte do capital social será alocada a cada filial ou divisão. Artigo 4. A Companhia e suas subsidiárias serão regidas (i) pelos seus respectivos documentos de organização; (ii) pelo Acordo de Acionistas que ainda será celebrado entre os acionistas; e (iii) pela Lei Aplicável e quaisquer alterações posteriores aos instrumentos acima referidos. Artigo 5. O único objeto social da Companhia é deter participações societárias em instituições financeiras. Artigo 6. A Companhia iniciará suas atividades na data deste instrumento e permanecerá em funcionamento por prazo indeterminado. Capítulo II – Capital Social. Artigo 7º. O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Único. O capital social é integralmente subscrito e parcialmente integralizado, de modo que deverá ser totalmente integralizado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da celebração deste instrumento. Artigo 7º. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, em decorrência de subscrição, bônus ou desdobramento, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as**

anteriormente existentes, estabelecendo suas respectivas preferências, vantagens, resgate, amortização ou condições de conversão. **Parágrafo Único.** A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações emitidas pela Companhia para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, por deliberação da Assembleia Geral, observadas as regras legais e demais disposições aplicáveis. **Artigo 8º.** Cada ação ordinária dá direito ao seu titular a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III – Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por, no mínimo, 1 (um) administrador eleito pelos acionistas em Assembleia Geral (“Diretor”). O(s) Diretor(es) exercer(ão) suas funções e atividades de acordo com o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as leis aplicáveis. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores só podem exercer os poderes concedidos nestes estatutos sociais em conjunto. **Parágrafo Segundo.** A Companhia só estará vinculada e obrigada por: (a) ato de assinatura de dois dos Diretores agindo em conjunto, ou (b) ato de assinatura de dois (2) procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos em suas respectivas procurações; ou (c) ato de assinatura de um procurador com poderes especiais, agindo individualmente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. **Parágrafo Terceiro.** As procurações concedidas pela Companhia deverão ser sempre assinadas por dois Diretores, deverão identificar expressamente os poderes concedidos e, exceto aquelas concedidas em conexão com processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade limitado e serão concedidas sem direito de subestabelecimento, salvo indicação expressa em contrário. **Artigo 10.** Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato unificado de 3 (três) anos ou até a eleição dos novos Diretores, o que ocorrer primeiro, sendo permitida a reeleição. **Primeiro Parágrafo.** Os membros da Diretoria serão nomeados pelos acionistas por maioria simples da Assembleia Geral. **Segundo Parágrafo.** Ao final do mandato, os membros da Diretoria permanecerão no cargo até que os membros recém-eleitos assumam o cargo. **Artigo 11.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, ele será substituído por um Diretor formalmente nomeado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária. **Artigo 12.** As funções dos Diretores são administrar os negócios da Companhia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral, representar a Companhia ativa e passivamente, nos termos deste Estatuto Social, em juízo e fora dele, nas relações com a administração pública e quaisquer terceiros, praticando todos os atos relacionados ao seu objeto social, à realização de seus objetivos e à defesa e proteção de seus direitos e interesses. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 13.** As Assembleias de Acionistas serão ordinárias ou extraordinárias. As partes reconhecem que a assembleia geral anual será realizada no prazo de quatro (4) meses após o encerramento de cada exercício social, para discussão, votação e aprovação das matérias obrigatórias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, assembleias gerais extraordinárias poderão ser realizadas sempre e na medida em que os negócios da Companhia assim o exigirem (“Assembleias Gerais”). **Parágrafo Único.** Os acionistas comprometem-se a exercer os seus respectivos direitos de voto no melhor interesse da Companhia e das subsidiárias, conforme previsto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com todas as outras leis aplicáveis, sujeito, em qualquer caso, a este Estatuto Social e ao Acordo de Acionistas. **Artigo 14.** As Assembleias de Acionistas decidirão sobre quaisquer assuntos que lhes sejam atribuídos pela Lei, pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. As Assembleias Gerais para deliberar sobre tais assuntos serão convocadas sempre que for considerado conveniente ou exigido pela Lei, desde que qualquer convocatória para Assembleia Geral observe todas as formalidades e requisitos previstos neste Estatuto Social e na lei aplicável. Se todos os acionistas estiverem presentes, os requisitos de convocação prévia por escrito serão desconSIDERADOS. **Artigo 15.** Serão permitidas Assembleias de Acionistas nas quais todos os membros possam ouvir-se simultaneamente e participar das discussões por outros meios, tais como telefone e videoconferência, desde que, no caso de assembleias virtuais, sejam aplicadas as disposições da Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI (ou qualquer outra que venha a substituí-la). As Assembleias Gerais serão realizadas em inglês, e as deliberações aprovadas nessas assembleias serão redigidas em inglês e português, desde que, no entanto, a versão em português (i) prevaleça em caso de conflito e (ii) seja registrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais. Quando exigido por lei, essas atas serão arquivadas e registradas na Junta Comercial competente. As Assembleias Gerais serão realizadas, preferencialmente, de forma virtual. **Artigo 16.** Todas as deliberações submetidas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral serão aprovadas por maioria simples (50% (cinquenta por cento) do capital social total com direito a voto mais uma ação), exceto nos casos previstos na Lei, no Acordo de Acionistas e/ou neste Estatuto Social. **Parágrafo Único. Matérias Qualificadas.** Além dos assuntos previstos nas leis aplicáveis, os seguintes assuntos serão decididos pelos acionistas nas Assembleias Gerais: (a) transações com Diretores e suas partes relacionadas; (b) contratação de obrigações e alienação de bens e direitos que excedam o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); (c) alienação ou operação do empreendimento da Companhia ou parte dele; (d) contratação de qualquer crédito ou empréstimo ou outro tipo de financiamento que exceda o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) que não seja da Autopay S.A.; (e) concessão de empréstimos ou outro tipo de financiamento; (f) aquisição, alienação e operação de bens imóveis ou ativos que excedam o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); (g) termos de contratos com Diretores e pessoal-chave, bem como a

aprovação da remuneração dos gestores; (h) constituir subsidiárias, adquirir ações e outras participações societárias em outras empresas/entidades, bem como alienar e onerar tais participações societárias; (i) concessão de qualquer tipo de doações; (j) votação nas assembleias de acionistas/quotistas das subsidiárias da Companhia; (k) concessão de consentimento para que os funcionários participem nos lucros e atribuição de pensões especiais e benefícios de reforma; (l) aquisição, subscrição ou alienação de quaisquer ações, participações ou instrumentos conversíveis em ações; (m) a realização de quaisquer despesas de capital com valor líquido individual superior ao montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); (n) alterações nas características das ações existentes ou futuras, emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, criação ou emissão de bônus de subscrição, títulos de participação nos lucros, opções de compra ou subscrição de ações, ou emissão de qualquer outro tipo de título conversível ou não em ações, quotas ou títulos emitidos pela Companhia ou pelas subsidiárias; (o) liquidação e dissolução, cessação do estado de liquidação, incluindo a nomeação ou destituição de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (p) alterar, modificar ou revogar qualquer disposição do estatuto social da Companhia e das subsidiárias e/ou dos documentos de organização da Companhia e das subsidiárias; (q) consolidação, cisão, aquisição, fusão, fusão de ações, conversão, transformação do tipo societário, transferência de ativos ou passivos, ou qualquer outra forma de reorganização societária, transação ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, os seus ativos e/ou qualquer uma das subsidiárias e os seus ativos; (r) concessão de fianças, avais ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros; (s) qualquer aumento ou redução do capital social da Companhia; (t) distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas; (u) oferta pública inicial, primária ou secundária, de quaisquer ações, obrigações ou títulos da Companhia, no Brasil ou no exterior, que não seja uma oferta pública qualificada; e/ou (v) criação ou alteração de planos de incentivo e qualquer forma de planos de opções de compra de ações envolvendo ações da Companhia. **Artigo 17. Deliberações por escrito e por unanimidade.** Na medida do permitido por lei, os acionistas também poderão aprovar qualquer assunto sujeito a Assembleia Geral por meio de deliberações por escrito e por unanimidade. **Artigo 18. Assembleias Gerais das Controladas.** As Assembleias Gerais de qualquer controlada observarão, *mutatis mutandis*, as mesmas regras aqui estabelecidas para as Assembleias Gerais da Companhia e outras regras estabelecidas no Acordo de Acionistas. **Capítulo V – Exercício Fiscal, Demonstrações Financeiras, Reservas e Lucros. Artigo 19.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20.** A Companhia deverá preparar balancetes mensais e balanços patrimoniais em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, podendo também preparar balanços patrimoniais mensais ou trimestrais a pedido dos acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido de cada exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados, antes de qualquer outra distribuição, à constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo do lucro líquido resultante das deduções relativas à constituição da reserva legal e ao pagamento de dividendos será disponibilizado às Assembleias de Acionistas. **Artigo 21.** A distribuição de dividendos anuais ou intermediários ou juros sobre o capital próprio será decidida a critério das Assembleias Gerais da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, levando em consideração os lucros e as necessidades de investimento da Companhia e das controladas. Nenhum dividendo ou juros sobre capital próprio será pago de outra forma que não seja a partir dos lucros ou da conta de prêmio de emissão, salvo se permitido de outra forma pela Lei. **Capítulo VI – Resolução de Conflitos. Artigo 22.** Se houver quaisquer disputas, conflitos, questões ou diferenças de qualquer natureza decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social (“Conflito”), envolvendo qualquer uma das partes aqui mencionadas, incluindo os Diretores, o Conflito será decidido por arbitragem, conforme estabelecido no Artigo 9.1. do Acordo de Acionistas. **Parágrafo Único.** O Conflito será decidido de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sendo expressamente proibida a decisão em equidade. **Artigo 23.** Os acionistas reconhecem que qualquer um deles poderá requerer assistência urgente ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo, antes da constituição do tribunal arbitral (“Tribunal Arbitral”). Portanto, a solicitação de uma medida liminar perante o Poder Judiciário não será considerada incompatível com, ou uma renúncia a, quaisquer disposições determinadas no Acordo de Acionistas. Após a constituição do Tribunal Arbitral, qualquer medida liminar deverá ser solicitada exclusivamente ao Tribunal Arbitral. **Capítulo VII – Transformação. Artigo 24.** A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, ser transformada em uma sociedade de outro tipo societário que não seja uma sociedade anônima, e aos acionistas dissidentes será assegurado o direito de rescisão. **Capítulo VIII – Disposições Finais e Transitórias. Artigo 25.** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o(s) liquidatário(s) e o Conselho Fiscal, se for o caso, que atuará durante a liquidação, nos termos da legislação aplicável. **Mesa: Marcelo Carlos dos Santos** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 457.084/25-0 em 29/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

CNPJ/MF nº 58.056.076/0001-19 – NIRE 3530065117-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: 19 de dezembro de 2025, às 11 horas, na sede social da EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (“Companhia”), localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001.

2. Convocação e Presença: dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo.

3. Mesa: Presidente: Sr. **José Carlos Cassaniga**; Secretário: Sr. **Enio Stein Júnior**.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) nos termos do estatuto social da Companhia, a outorga e constituição, sob condição suspensiva, pela Companhia, de alienação fiduciária das ações da EPR Iguaçu S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 58.056.046/0001-02 (“EPR Iguaçu” e “Alienação Fiduciária”, respectivamente), nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças” a ser celebrado entre a EPR Iguaçu, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia, na qualidade de detentora das ações alienadas, o Agente Fideiúciário (conforme definido abaixo) e o BNDES (conforme definido abaixo) (“Contrato de Alienação Fiduciária”) em garantia de determinadas obrigações e serem assumidas pela EPR Iguaçu no âmbito (a) da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da EPR Iguaçu, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 8 (oito) séries, no valor total de R\$ 8.595.000.000,00 (oito bilhões e quinhentos e noventa e cinco milhões de reais) (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinada a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM 160” e “Oferta”, respectivamente), e do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória Sob Condição Suspensiva, em 8 (oito) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EPR Iguaçu S.A.” a ser celebrado entre a EPR Iguaçu, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário das Debêntures (“Agente Fideiúciário”), e a EPR Participações S.A., na qualidade de interveniente garantidora (“EPR Participações” e “Escritura de Emissão”, respectivamente); e (b) do financiamento de longo prazo, a ser contratado pela EPR Iguaçu junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”, e, em conjunto com o Agente Fideiúciário, os “Credores”), no valor de R\$ 605.000.000,00 (seiscentos e cinco milhões de reais) nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito” a ser celebrado entre a EPR Iguaçu e o BNDES, dentre outras partes (“Financiamento BNDES” e “Contrato de Financiamento BNDES”, respectivamente, e Contrato de Financiamento BNDES, em conjunto com a Escritura de Emissão, os “Instrumentos de Financiamento”); (ii) a outorga, pela Companhia, de procuração no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária, por meio da qual a Companhia conferirá poderes aos Credores para o exercício dos seus direitos previstos no Contrato Alienação Fiduciária, devendo permanecer válida e em pleno vigor e efeito até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária) tenham sido integralmente satisfeitas (“Procuração”); (iii) a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, do Contrato de Financiamento BNDES; (iv) a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes (a) a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; (b) outorga, pela Companhia, da Procuração; (c) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Alienação Fiduciária e do Financiamento BNDES; e (d) celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Financiamento BNDES e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e (v) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens (i) a (iv) desta ordem do dia.

5. Deliberações: Após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições:

5.1. Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, em garantia de determinadas obrigações a serem assumidas pela EPR Iguaçu no âmbito dos Instrumentos de Financiamento;

5.2. Aprovar a outorga, pela Companhia, da Procuração;

5.3. Aprovar a celebração, pela Companhia, do Contrato de Financiamento BNDES;

5.4. Aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes (a) a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; (b) outorga, pela Companhia, da Procuração; (c) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Alienação Fiduciária e do Financiamento BNDES; e (d) celebração, pela Companhia do contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Financiamento BNDES e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos;

5.5. Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens aprovados acima.

6. Encerramento e Leitura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7. Assinaturas: Mesa: Presidente: **José Carlos Cassaniga**, Secretário: **Enio Stein Júnior**. Acionistas: Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas), e EPR Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior). *Confere com o documento original lavrado em livro próprio.* São Paulo/SP, 19 de dezembro de 2025. **JUCESP nº 456.621/25-8 em 23/12/2025.** Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

EPR Participações S.A.

CNPJ nº 48.803.906/0001-70 – NIRE 35300605306

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025

I. Data, Horário e Local: 19 de dezembro de 2025, às 10 horas, na sede social da EPR Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01451-001.

II. Convocação e Presença: dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo.

III. Mesa: Presidente: Sr. **José Carlos Cassaniga**; Secretário: Sr. **Enio Stein Júnior**.

IV. Ordem do Dia: deliberar sobre: (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, sob condição suspensiva, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EPR Iguaçu S.A. (“Concessionária”), no âmbito: (a) da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Concessionária, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 8 (oito) séries, no valor total de R\$ 8.595.000.000,00 (oito bilhões e quinhentos e noventa e cinco milhões de reais) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM 160” e “Oferta”, respectivamente), e do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória Sob Condição Suspensiva, em 8 (oito) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EPR Iguaçu S.A.” a ser celebrado entre a Concessionária, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário das Debêntures (“Agente fiduciário”), e a Companhia, na qualidade de interveniente garantidora (“Escritura de Emissão”); e (b) do financiamento de longo prazo junto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”, e, em conjunto com o Agente Fideiúciário, os “Credores”), no valor de R\$ 605.000.000,00 (seiscentos e cinco milhões de reais), nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito” a ser celebrado entre a Concessionária, o BNDES e a Companhia, dentre outras partes (“Financiamento BNDES” e “Contrato de Financiamento BNDES”, respectivamente, e Contrato de Financiamento BNDES, em conjunto com a Escritura de Emissão, os “Instrumentos de Financiamento”), sendo considerada válida a partir da data da publicação de ato ou decreto do Poder Concedente, decisão arbitral e/ou judicial com efeitos imediatos, exceto caso a Concessionária obtenha efeito suspensivo em 30 (trinta) dias, ou da celebração de acordo entre a Concessionária e o Poder Concedente, determinando o término antecipado do Contrato de Concessão (“Condição Suspensiva Fiança Término Antecipado da Concessão”), e desde que a Condição Suspensiva Fiança Término Antecipado da Concessão se implemente antes da Conclusão Total do Projeto (conforme definido nos instrumentos de Financiamento), nos termos e condições previstos nos Instrumentos de Financiamento (“Fiança”); (ii) autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes (a) a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança, e (b) a negociação e celebração, pela Companhia, dos Instrumentos de Financiamento e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de representantes legais e/ou procuradores, decorrentes e/ou relacionados às matérias constantes nos itens anteriores.

V. Deliberações: Após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança; (ii) aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes (a) a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança; e (b) a negociação e celebração, pela Companhia, dos Instrumentos de Financiamento e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos;

(iii) ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de representantes legais e/ou procuradores, decorrentes e/ou relacionados às deliberações anteriores.

VI. Encerramento e Leitura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

VII. Assinaturas: Mesa: Presidente: **José Carlos Cassaniga**; Secretário: **Enio Stein Júnior**. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por: Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas). *Confere com o documento original lavrado em livro próprio.* São Paulo/SP, 19 de dezembro de 2025. **JUCESP nº 456.662/25-0 em 23/12/2025.** Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 – NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. (“Companhia”)** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 30 dias de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 19 de janeiro de 2026. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração.

(20, 21 e 22/01/2025)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

